

RESISTÊNCIA ÀS OFENSIVAS “ANTIGÊNERO” NO BRASIL: VISIBILIDADE DOS PROCESSOS ESCOLARES PARA O ENFRENTAMENTO COLETIVO

Fabício de Sousa Sampaio

*Cursando Licenciatura em Pedagogia (UVA/UAB), Doutor em Ciências Sociais- UFRN
Professor de Sociologia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do
Maranhão- IFMA-Campus Araiões.*

E-mail: fabricio.sampaio@ifma.edu.br

Ivaldinete de Araújo Delmiro Gémes

*Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
Professora do Curso de Ciências Sociais da UVA. Sobral- Ceará.*

E-mail: ivaldinetedelmiro@gmail.com.

*Simpósio Temático nº 07: As Questões Entre Raça E Gênero No Contexto De Formação
Curricular Brasileira.*

RESUMO

As sucessivas derrotas dos projetos de lei das cruzadas “antigênero” nas esferas estaduais, municipais e federais do país, que objetivam principalmente a proibição das discussões em termos de gênero e diversidade da sexualidade, não podem ser interpretadas como uma mitigação de tais cruzadas. Ao contrário, o heterossexismo e a lgbtfobia já faziam parte do cotidiano escolar antes mesmo da proliferação dessas cruzadas e o reconhecimento da diversidade de gênero e das sexualidades dissidentes dependia da materialização específica de determinados arranjos curriculares e da atuação de certos profissionais da educação engajado(a)s em uma educação não-“heteroterrorista”. No atual cenário sociopolítico de luta entre a mitigação legal de projetos “antigênero” na política representativa e a reprodução das políticas “antigênero” nos diversos espaços escolares do território brasileiro, há processos socioeducacionais de resistência à normalização dessas cruzadas? Esta investigação qualitativa de teor bibliográfico, em andamento, busca visibilizar as principais estratégias de resistência nos mais diferentes processos escolares brasileiros para servir como subsídio reflexivo e prático aos docentes. Preliminarmente, podemos localizar a resistência contra essas cruzadas em projetos extracurriculares de determinadas escolas brasileiras, especialmente, referendados pela observância aos direitos explicitados na Constituição Federal de 1988 e por documentos oficiais de órgãos internacionais de Direitos Humanos, além dos coletivos de lutas, principalmente nas redes sociais.

Palavras-chave: Resistência, Cruzada “antigênero”, Direitos humanos, Currículo.

ABSTRACT

The successive defeats of the “anti-gender” crusade bills in the state, municipal and federal spheres of the country, which aim mainly to prohibit discussions in terms of gender and sexuality diversity, cannot be interpreted as a mitigation of such crusades. On the contrary, heterosexism and LGBT phobia were already part of everyday school life even before the proliferation of these crusades, and the recognition of gender diversity and dissident sexualities depended on the specific materialization of certain curricular arrangements and the performance of certain committed education professionals in a non-“heteroterrorist” education. In the current socio-political scenario of struggle between the legal mitigation of “anti-gender” projects in representative politics and the reproduction of “anti-gender” policies in different school spaces in Brazil, are there socio-educational processes of resistance to the normalization of these crusades? This qualitative investigation of bibliographical content, in progress, seeks to visualize the main resistance strategies in the most different Brazilian school processes to serve as a reflective and practical subsidy for teachers. Preliminarily, we can locate the resistance against these crusades in extracurricular projects of certain Brazilian schools, especially, endorsed by the observance of the rights set out in the Federal Constitution of 1988 and by official documents of international bodies of Human Rights, in addition to collective struggles, mainly in networks social.

Keywords: Resistance, "Anti-gender" Crusade, Human Rights, Curriculum.

INTRODUÇÃO

No atual contexto de avanço de políticas e ideologias fascistas, ultraconservadoras, autoritárias e reacionárias que buscam controlar as discussões de gênero e sexualidade no cotidiano escolar, Torrada, Ribeiro e Rizza (2020) defendem a necessidade de ações de resistência. E a escola, nessa ambiência de combate à cruzada “antigênero”¹, na condição de sua laicidade institucional, é um espaço de resistência. Sendo assim, como a escola brasileira e o seu currículo estão resistindo a essas cruzadas? Quais são as estratégias utilizadas recentemente?

A resistência é entendida nessa discussão teórica como “[...] força e estratégia que impulsiona ao movimento, que possibilita um rompimento às regras, bem como outros modos de pensar, viver e sermos sujeitos, [...]” (TORRADA, RIBEIRO, RIZZA, 2020, p. 47).

Esse artigo contempla alguns achados de uma pesquisa bibliográfica em andamento que objetiva visibilizar as principais estratégias de resistência nos mais

¹ Termo que se refere a uma “[...] posição antifeminista contrária à adoção da perspectiva de gênero e à promoção de reconhecimento da diversidade sexual e de gênero nas políticas sociais e na vida cotidiana” (JUNQUEIRA, 2018, p.452).

diferentes processos escolares brasileiros para servir como subsídio reflexivo e prático aos docentes que, de certa maneira, são afetado(a)s pelas pedagogias do medo, da perseguição e da ameaça que as cruzadas “antigênero” alavancam nos diversos espaços de sociabilidade, com ênfase no interior das escolas brasileiras e internacionais.

DESENVOLVIMENTO

A “ideologia de gênero” é “sintagma neológico” ou um neologismo construído pelo ativismo religioso para a intervenção na esfera pública e mobilização política (JUNQUEIRA, 2018). É uma retórica de defesa da ‘família natural’ ou ‘tradicional’ que objetiva: a reafirmação das hierarquias sexuais; o combate à educação escolar para a sexualidade; a repatologização das transgeneridades e das homossexualidades; a obstrução do reconhecimento aos direitos sexuais e da equidade de gênero; o rechaço aos formatos familiares dissidentes da heteronorma; a “rebiologização essencializadora” das concepções de sexo, sexualidade, identidade sexual, heterossexualidade, família, matrimônio, filiação, maternidade e parentesco; e o fortalecimento ou a legitimidade de “[...] visões de mundo, valores, instituições e sistemas de crenças pautados em marcos morais, religiosos, intransigentes e autoritários” (JUNQUEIRA, 2018, p. 451).

O ideologia de gênero se configura em um “rótulo dogmático” que se tornou visivelmente uma premissa para odiar declaradamente “[...] às lutas por igualdade de direitos entre homens e mulheres, às discussões críticas sobre gênero e sexualidade na escola e aos direitos de todas as pessoas que não identificam seus desejos com os desejos dos heterossexuais” (PARAÍSO, 2016, p. 392). A autora sublinha que existe um contexto político internacional, e brasileiro, favorável a esses Projetos do “ideologia de gênero”. Tal contexto oferece as condições de possibilidade para o seu espraiamento e de seus defensores. Esse slogan tem se mostrado capaz, de acordo com essa autora, de se multiplicar e se aliar a propostas conservadoras. Ela cita, por exemplo, que o Escola Sem Partido, existente desde 2004, só ganha visibilidade quando incorpora a proibição das discussões de gênero e sexualidade e se aliam aos defensores do “ideologia de gênero”.

Prado e Correa (2018) destacam que as análises sobre as campanhas ou ofensivas antigênero – denominação, entre outras motivações, para evitar que a semântica da terminologia “ideologia de gênero” se normalize – enfatizam a sua antiga ancoragem que pode ser identificada “[...] nos ataques do conservadorismo religioso contra as alterações

das estruturas familiares e reformas legais no campo do direito ao aborto e dos direitos das pessoas LGBTI que estão em curso desde os anos 1970, ou seja, a reação à democracia do gênero e da sexualidade” (PRADO, CORREA, 2018, p. 445). Tais análises também sublinham a diferença dessa nova onda daquilo que ocorreu antes pela utilização da semântica e repertórios de mobilização e, principalmente, pelo envolvimento heterogêneo de forças sociais.

No Brasil, é bastante salutar o “perfil católico-evangélico da ofensiva”, embora o Vaticano como motor intelectual desses discursos parece obscurecida pela presença evangélica. Entretanto, é necessário visibilizar a participação de outras vozes tais como judeus de direita, kardecistas, setores seculares como o Movimento Brasil Livre (MBL), Escola Sem Partido, juristas, professoras/es médicos/as

Marlucy Paraíso (2016) em seu artigo analisa as estratégias de poder utilizadas pelos reacionários do Brasil com objetivo de controlar os currículos e proibir o debate sobre gênero e sexualidade na escola: “as estratégias de tradução, multiplicação, distorção e amedrontamento”. Tais estratégias buscam governar os/as diferentes que não querem mais serem encaixados no princípio velho de identidade universal assim como alastrar o ódio às diferenças de gênero e sexualidade de diferentes maneiras.

A partir da revisão bibliográfica, a título de organização didática no tocante a contemplação dos objetivos dessa pesquisa, elencamos, preliminarmente três dimensões interdependentes que marcam as estratégias de resistência contra a agenda educacional “antigênero”: a dimensão legal, científica/conceitual/reflexiva e a político-formativa. A primeira dimensão se refere aos marcos legais e tratados internacionais que não apenas possibilitam, mas em grade medida exigem a discussão de gênero e sexualidade nas escolas. Essa dimensão precisa ser visibilizada para que as estratégias de ameaça, censura e amedrontamento dos “empreendedores morais” não produzam impacto negativo nos cotidianos escolares.

A segunda dimensão, científica/conceitual/reflexiva, se refere ao conjunto de reflexões críticas, aprendizagens científicas sobre as temáticas e os pertencimentos em relação às linhas de ação de enfretamento às ofensivas antigênero, que precisam estar presentes nos atos de resistência. A discussão científica engendrada pelos estudos de gênero e sexualidade precisa ser socializada em termos de formação docente e/ou popular, seja através das instituições de ensino formal ou através de coletivos de luta via redes sociais, por exemplo.

E a terceira, dimensão político-formativa, interdependente das dimensões anteriores, se refere às possíveis performances docentes e de outros atores e atrizes sociais nos mais diversos espaços educativos existentes, formais e não-formais, para efetivar discussões de gênero e sexualidade em tempos de ofensivas antigênero. Nessa dimensão, estão reunidas as intervenções formativas escolares, os coletivos de lutas, movimentações nas redes sociais, campanhas e produção de materiais didáticos, assim como atuação política frente aos órgãos de representação política e dos aparelhos jurídicos do Estado.

Roseno e Silva (2017) enfatizaram os estudos de gênero como resultado de resistências. E destacam que “[...] o Brasil é signatário de acordos internacionais para o enfrentamento da violência contra mulheres e meninas, como a Convenção de Belém do Pará (Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher) e da Convenção da ONU sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW)” (ROSENO, SILVA, 2017, p.15).

Outra ação de resistência foi a publicação do livro “Gênero e educação: fortalecendo uma agenda para as políticas educacionais”, enquanto instrumento central de formação sobre a temática. Esse projeto foi desenvolvido entre 2014 e 2016 pela Ação Educativa em parceria com as organizações Comitê da América Latina e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher (CLADEM), Comunicação em Sexualidade (ECOS) e Instituto da Mulher Negra (Geledés). Existe também um website-generoeducacao.org.br- mantido por esse projeto, que possui levantamentos, pesquisas, materiais de apoio e políticas educacionais, dentre outros (ROSENO, SILVA, 2017).

Há, por exemplo, nesse site uma seção denominada ‘por que gênero?’ onde são citados os marcos legais e tratados internacionais de Direitos humanos que asseguram o direito à educação para a igualdade de gênero, raça e orientação sexual e enfatizam a inconstitucionalidade das tentativas de proibir a abordagem da igualdade de gênero, raça e orientação sexual nas escolas porque violam os princípios da liberdade de aprender e ensinar com respeito à diversidade sexual, de gênero, étnico-racial e cultural, assim como os princípios da não discriminação, da qualidade de ensino e da igualdade de condições de acesso e permanência na escola. A seguir, citamos os marcos legais dispostos nessa seção: Constituição Federal; Lei de Diretrizes e Bases da Educação; Plano Nacional de Educação; Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica (2010); DCN para a Educação Infantil (2009), para o Ensino Fundamental (2010) e para o Ensino Médio (2012); Base Nacional Comum Curricular; Lei Maria da Penha; Convenção

Internacional sobre os Direitos da Criança; Convenção Relativa à Luta Contra a Discriminação no Campo do Ensino; Convenção para a Eliminação da Discriminação Contra a Mulher; Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais; e Princípios de Yogyakarta.

Torrada, Ribeiro e Rizza (2020) também citam, enquanto políticas públicas educacionais que validam e possibilitam o debate das questões de gênero e de sexualidade no espaço escolar, para além dos marcos legais citados anteriormente, os Parâmetros Nacionais Curriculares (PCNs) no eixo transversal “orientação sexual” (1997) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Outra movimentação social é o “Professores contra o Escola Sem Partido” que iniciou como uma página no *Facebook* para reunião e divulgação de notícias relacionadas ao movimento Escola Sem Partido criado em 2004 pelo advogado Miguel Nagib (ROSENO, SILVA, 2017). São constituídos por professores e estudantes que se opõem aos projetos de lei relacionados ao ESP e objetivam combatê-los a partir da divulgação de informações e produção de conteúdos analíticos e reflexivos sobre a organização do ESP com vistas na fundamentação desconstrutiva do apoio que tal movimento vem conquistando ultimamente.

Nesse site do “Professores contra o Escola Sem Partido” há uma seção denominada “legislação de apoio” que expressa os marcos legais sobre: a constitucionalidade dos tratados de direitos humanos assinados pelo Brasil (Emenda Constitucional 45/2004); as leis que garantem a liberdade de aprender e ensinar questões envolvendo diversidade racial (Lei 10639/2003 e Lei 11645/2008); os tratados de direitos humanos e legislações que garantem a liberdade de ensinar e aprender questões envolvendo debates de gênero.

Torrada, Ribeiro e Rizza (2020) analisaram algumas estratégias de resistência produzidas em um projeto “Escola Promotora da Igualdade de Gênero”, iniciado pelo Grupo de Pesquisa Sexualidade e Escola – Gese, vinculado à Universidade Federal do Rio Grande-RS, e que visou à promoção das discussões de gênero e sexualidade com professoras e professores das escolas da rede pública do município de Rio Grande – RS que tivessem interesse em desenvolver ações relacionadas a essas temáticas. Da análise das narrativas docentes, as autoras destacaram as seguintes estratégias de resistência produzidas e relatadas pelo(a)s professore(a)s: “[...] organizar atividades com as temáticas de gênero e sexualidade que não causassem tanto impacto devido ao tabu que

as envolvem, [...]” por exemplo, falar dessas temáticas a partir de temas ‘autorizados’ como amor e família (TORRADA, RIBEIRO, RIZZA, 2020, p. 53);

[...] a incorporação das temáticas de gênero e sexualidade nos conteúdos conceituais da disciplina ministrada pelo professor; a possibilidade de diálogo e informação com a comunidade escolar, referente ao trabalho que estava sendo desenvolvido; [...], a luta pela inclusão das discussões de gênero e sexualidade em documentos que fornecem diretrizes para o processo educacional e a solicitação das professoras e do professor em relação a um adensamento teórico [...], que possibilitasse um aprofundamento dos estudos de gênero” (TORRADA, RIBEIRO, RIZZA, 2020, p.61).

Utilizamos como ilustração crucial das dimensões científica/reflexiva e político-formativa das estratégias de resistência o artigo de Marlucy Paraíso (2016). Uma primeira reflexão formativa apresentada por Paraíso (2016), além da sua definição de resistência esboçada anteriormente nessa discussão, é o caráter de incontrolabilidade do currículo. Enquanto território cobiçado, o currículo é governo e resistência, normalização e possibilidade e, por isso, é incontrolável. O currículo é um espaço em que o escape ao controle e a resistência ao planejado é possível e, por essa razão, foi escolhido pelo reacionarismo (PARAÍSO, 2016).

Wenderson Oliveira, Carlos Melo e Isabel Farias (2021) abordaram em seu artigo os discursos antigênero dos planos educacionais cearenses, a legislação educacional dos dez maiores municípios cearenses e os modos como a política curricular estadual através do Documento Curricular Referencial do Ceará (DCRC) se apresenta como resistência às investidas conservadoras. O DCRC, elaborado em 2018 e homologado em 2019, resultou de um processo de um ano de discussões com docentes, gestoras/es e especialistas da área de educação para implementar a BNCC nos currículos cearenses no tocante à garantia da aprendizagem mínima aos estudantes, mantendo a educação característica cearense.

Esse documento curricular cearense subverte a lógica da BNCC ao colocar como fundamental as temáticas de gênero e sexualidade na vida de jovens e adolescentes, bem como em sua formação e por isso discussões a se fazerem presentes no currículo. Ao contrário da BNCC que se priva em citar os termos gênero, sexualidade e similares, o DCRC menciona as lutas contra o machismo e a LGBTfobia, em diversas passagens.

Nesse sentido, o DCRC ao considerar as discussões de gênero e sexualidade, enquanto elementos curriculares, efetiva seu posicionamento de resistência e abre espaço

para construção de currículos de resistência em diálogo com a democracia e o combate a homofobia, sexismo, racismo, patriarcado e as desigualdades econômicas. Em suma, representa um “[...] um instrumento que visibiliza, em certa medida, a luta feminista e da população LGBT e a necessidade de promover uma educação inclusiva, no sentido de reparar a discriminação e o preconceito praticados e perpetuados pela cultura hegemônica” (OLIVEIRA, MELO, FARIAS, 2021, p.19).

Paraíso (2016) sugere também como elementos de resistência no currículo a apresentação dos dados sobre o estupro, morte e a violência sobre meninas, mulheres e pessoas não heterossexuais: “se eles [os dados sobre a violência] servem para produzir espantos e para tocar as pessoas fazendo pensar sobre as barbaridades que se fazem pelo medo/horror à diferença, então eles precisam mesmo ser lidos, discutidos, trazidos à tona uma e outra vez” (PARAÍSO, 2016, p. 404).

Resistir implica criação, improvisação, distribuição estratégia e inventividade. Demanda também a reativação da relação com a vida e curiosidade “[...] não para adquirir e assimilar convenientemente conhecimentos e informações sobre gênero e sexualidade [...]” (PARAÍSO, 2016, p. 407), mas para promover um modo de pensar e perceber diferente do que existia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O principal mote para movimentar resistências inventivas e multifocadas diante das cruzadas antigênero se refere, fundamentalmente, a potencialidade formativa-crítica que essa categoria científica possui. O conceito de gênero tem sido alavancado na luta pela dignidade das pessoas, na luta pela promoção da igualdade de oportunidades, no combate as injustiças, na luta pela visibilidade dos processos generificados que conduzem práticas de exclusão e na luta pela não anulação das diferenças nos currículos escolares (PARAÍSO, 2016).

Na luta pela garantia da vida das formas diferentes de existir, sobretudo relacionadas às diversidades de gênero e sexualidade, as estratégias podem ser reunidas, a título de organização, em três dimensões indissociáveis: dimensão legal, científica/conceitual/reflexiva e a político-formativa. Na primeira dimensão podemos citar os seguintes documentos/tratados balizadores da discussão de gênero e sexualidade na escola: Constituição Federal; Lei de Diretrizes e Bases da Educação; Plano Nacional

de Educação; Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica (2010); DCN para a Educação Infantil (2009), dentro outros.

Na segunda dimensão, é preciso efetivar momentos formativos em torno dos achados científicos em gênero e sexualidade e a potência crítica que tais estudos possuem na desconstrução e enfrentamento das inúmeras práticas de discriminação e preconceito direcionadas aos corpos que não se encaixam na heteronormatividade e na heterossexualidade compulsória. Nesse contexto, as campanhas, os sites e os coletivos de luta desempenham papel fundamental na produção de material – cartilhas, livros e vídeos – que se contrapõem as distorções elaboradas pelos empreendedores morais.

Na terceira dimensão, podemos citar as movimentações sociais: Frente Nacional Escola Sem Mordaza; a organização do “Movimento pela Liberdade de Educar; o Educação pela Diversidade no Amazonas (Ediversa); o “Professores contra o Escola Sem Partido”; e o site generoeducacao.org.br.

REFERÊNCIAS

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. A invenção da "ideologia de gênero": a emergência de um cenário político-discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero. **Revista de Psicologia Política.**, São Paulo, v. 18, n. 43, p. 449-502, dez. 2018. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2018000300004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 22 jan. 2021.

OLIVEIRA, Wenderson Silva; MELO, Carlos Ian Bezerra de; FARIAS, Isabel Maria Sabino de. Discursos antigênero e políticas curriculares cearenses: entre tensões e resistências. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 16, e2115363, p. 1-26, 2021. Disponível em: <https://revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/15363/209209214246> . Acesso em 21 nov.2021.

PARAÍSO, Marlucy Alves. A ciranda do currículo com gênero, poder e resistência. **Currículo sem Fronteiras**, v. 16, n. 3, p. 388-415, set./dez. 2016. Disponível em: <https://www.curriculosemfronteiras.org/vol16iss3articles/paraiso.pdf>. Acesso em: 20 nov.2021.

PRADO, Marco Aurélio Maximo; CORREA, Sonia. Retratos transnacionais e nacionais das cruzadas antigênero. **Rev. psicol. polít.**, São Paulo, v. 18, n. 43, p. 444-448, dez. 2018. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2018000300003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 21 nov. 2021.

ROSENO, C. dos P., & SILVA, J. G. da F. Políticas públicas educacionais em gênero e diversidade sexual: atos de resistência diante do avanço do conservadorismo do

movimento “Escola Sem Partido”. *Itinerarius Reflectionis*, 13(2), 01–21, 2017.
Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/rir/article/view/47804> . Acesso em 20 nov. 2021

TORRADA, L., Costa RIBEIRO, P. R., & RIZZA, J. L. (2020). Estratégias de resistência possibilitando o debate de gênero e sexualidade na escola. *Revista Contexto & Educação*, 35(111), 46–63. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/contextoeducacao/article/view/9088> . Acesso: 20 nov. 2021.